



Direito Público
Revista da Procuradoria-Geral do
Estado de Minas Gerais

Nº 2 - Julho/Dezembro - 1999

CEMIG, FURNAS E INDENIZAÇÃO AO ESTADO POR DANOS MORAIS

Parte I - MANIFESTAÇÕES DA PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO NO PROCESSO DE ELABORAÇÃO DO ACORDO DE ACIONISTAS DA CEMIG

1. Nota Explicativa

2. Parecer de 02 de agosto de 1996
Procurador Celso Barbi Filho

3. Parecer de 09 de setembro de 1996
Procurador Celso Barbi Filho

4. Despacho

Procuradora Cármen Lúcia Antunes Rocha

5. Parecer Final

Procurador-Geral Arésio A. de Almeida Dâmaso e Silva

6. Despacho de Conferência do Texto após Realização do Leilão

Parte II - PARECERES

1. Parecer - Acordo de Acionistas.

Professor Eros Roberto Grau

2. Parecer - Acordo de Acionistas.

Professor Fábio Konder Comparato

3. Ação de nulidade de acordo de acionistas entre o Estado de Minas Gerais e Southern Electric Brasil Participações Ltda.

Professor Humberto Theodoro Júnior

4. Parecer - Acordo de Acionistas.

Professora Lúcia Valle Figueiredo

5. Da inconstitucionalidade da alienação do efetivo controle estatal de sociedade de economia mista sem expressa e específica autorização legislativa, ainda que se conserve a titularidade do capital social majoritário.

Professor Menelick de Carvalho Netto

6. Privatização do Sistema Hidroelétrico Brasileiro - Comissão de Estudos Avançados, Constitucionais e Legais (CEPMG).

José de Castro Ferreira, Antônio Carlos Ferreira Botti, Carmem Lúcia Antunes Rocha, Celso Agrícola Barbi Filho, José Anchieta da Silva, José Alfredo de Oliveira Baracho, José Murilo Procópio de Carvalho, Marcelo Cerqueira, Márcio Decat de Moura e Tereza Cristina da Cunha Peixoto Reis.

Parte III - O ESTADO EM JUÍZO

7. Cautelar inominada com pedido de concessão de medida liminar contra Southern Electric Brasil Participações Ltda.

Doutora Misabel Abreu Machado Derzi e Doutor Nelcy Pereira Pena

8. Ação Anulatória do Acordo de Acionistas celebrado entre o Estado de Minas Gerais e a sociedade comercial denominada Southern Electric Brasil Participações Ltda.

Doutora Misabel Abreu Machado Derzi e Doutor Nelcy Pereira Pena

9. Decisão do Juiz da 1ª Vara da Fazenda Pública na Ação Anulatória proposta pelo Estado de Minas Gerais contra Southern Electric Brasil Participações Ltda.

Doutor Antônio Sérvulo dos Santos.

10. Agravo de Instrumento, com requerimento de efeito suspensivo ativo, interposto pelo Estado de Minas Gerais contra decisão do Meritíssimo Juiz de Direito da 1ª Vara da Fazenda Pública Estadual da Comarca de Belo Horizonte.

Doutora Misabel Abreu Machado Derzi e Doutor Nelcy Pereira Pena

11. Decisão em agravo de instrumento manejado pelo Estado de Minas Gerais contra a decisão do juiz da 1ª Vara da Fazenda Pública Estadual da Comarca de Belo Horizonte.

Desembargador-relator Garcia Leão

12. Decisão em Mandado de Segurança impetrado por Southern Electric Brasil Participações Ltda. contra despacho do Relator do Agravo de Instrumento n. 164.822-9.

Desembargador-Relator Campos Oliveira

13. Decisão na medida cautelar proposta pretendendo a suspensão de antecipação de tutela concedida pelo Relator do Agravo de Instrumento que suspendeu a vigência do Acordo de Acionistas da CEMIG.

Ministro Francisco Cesar Asfor Rocha

14. Protesto feito pelo Estado de Minas Gerais perante o Juízo Federal da Seção Judiciária do Rio de Janeiro em defesa de Furnas Centrais Elétricas S.A.
Doutora Misabel Abreu Machado Derzi e Doutor Humberto Rodrigues Gomes

15. Ação Ordinária de Indenização por danos morais interposta perante o Supremo Tribunal Federal contra a União Federal, Fernando Henrique Cardoso, Pedro Malan, Banco Central do Brasil e Armínio Fraga Neto.
Doutora Misabel Abreu Machado Derzi, Doutor Nelcy Pereira Pena e Doutor José Sad Júnior

16. Representação perante a Procuradoria da República no Distrito Federal solicitando o ajuizamento da respectiva ação civil pública para a apuração de ato de improbidade administrativa.
Doutor Itamar Augusto Cautiero Franco e Doutora Misabel Abreu Machado Derzi

17. Representação solicitando a instauração da ação penal pública perante a Procuradoria da República no Distrito Federal.
Doutor Itamar Augusto Cautiero Franco e Doutora Misabel Abreu Machado Derzi

Parte IV - RELATÓRIO DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO, ACORDO DE ACIONISTAS E EDITAL DE LEILÃO PÚBLICO

18. Relatório Final da Comissão Parlamentar de Inquérito

19. Acordo de Acionistas - Estado de Minas Gerais e Southern Electric Brasil Participações Ltda

20. Edital de Leilão Público de debêntures resgatáveis, a critério de seu titular, em ações ordinárias de emissão da CEMIG - Companhia Energética de Minas Gerais e de emissão

de BNDESPAR, Minas Gerais Participações S.A., Brasil em Ação, BNDES Participações S.A. – BNDESPAR

Parte V - LEGISLAÇÃO

1 - Lei nº 828, de 14 de dezembro de 1951.

Dispõe sobre organização de sociedades de economia mista, destinadas a financiar e executar serviços de energia elétrica, e dá outras providências.

2 - Decreto nº 3.710, de 20 de fevereiro de 1952.

Regulamenta a Lei nº 828, de 14 de dezembro de 1951, e dispõe sobre a vinculação da quota atribuída pelo artigo 20 da Lei nº 760, de 26 de outubro de 1951, ao Fundo de Eletrificação.

3 - Decreto nº 4.962, de 26 de janeiro de 1956.

Transfere à CEMIG a administração de serviços de eletricidade.

4 - Lei nº 8.655, de 18 de setembro de 1984.

Dispõe sobre mudança de denominação da Centrais Elétricas de Minas Gerais S.A. - CEMIG - para Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG - e sobre ampliação de seu objetivo social, bem como dá outras providências.

5 - Lei nº 11.968, de 1º de novembro de 1995.

Autoriza o Poder Executivo a alienar ações de propriedade do Estado que integram o capital social da Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG - e do Banco do Estado de Minas Gerais S. A. - BEMGE - e dá outras providências.

6 - Lei nº 12.653, de 23 de outubro de 1997.

Altera a Lei nº 8.655, de 18 de setembro de 1984, que dispõe sobre mudança de denominação das Centrais Elétricas de Minas Gerais S.A. - CEMIG - e sobre ampliação de seu objetivo social e dá outras providências.

7 - Decreto nº 40.347, de 13 de abril de 1999.

Cria a Comissão Especial de Estudos Avançados, Constitucionais e Legais, para os fins que especifica.

8 - Lei nº 9.491, de 09 de setembro de 1997.

Altera procedimentos relativos ao Programa Nacional de Desestatização, revoga a Lei nº 8.031, de 12 de abril de 1990, e dá outras providências.